

**AUDIÊNCIA PÚBLICA E REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA**

**09.10.2025**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Salão Ouro Negro, na Prefeitura de Criciúma, a audiência pública e a reunião ordinária com os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma – CDM e a comunidade presente. Os trabalhos iniciaram às 19h05min, com a presença de 01 (um) representante da comunidade em geral e 46 (quarenta e seis) membros titulares e suplentes do CDM, todos relacionados na lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Presidente do CDM Eng. João Paulo Casagrande da Rosa que agradeceu a presença de todos os membros nesta reunião passou a palavra para o Arq. Giuliano Elias Colossi que verificou o quórum mínimo para a realização da reunião do CDM, e já havendo o quórum, a mesma foi iniciada. Quanto aos **objetivos desta Audiência/Reunião:** *apresentar à apreciação pública assuntos gerais referentes ao planejamento urbano municipal; apresentar as solicitações encaminhadas a DPU quanto as correções de zoneamento de uso do solo e correções na legislação urbanística; apresentar aos presentes os pareceres das câmaras temáticas a serem colocadas em votação nesta reunião do CDM; colher dados, informações, anseios, críticas e sugestões.* Em seguida deu-se a **leitura da Pauta da Audiência/Reunião:** ABERTURAS E INFORMES; APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, APRESENTAÇÃO DA REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO CDM e PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA TEMÁTICA II – CDM. Quanto a **Abertura e Informes**, foi realizada a **APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA VISITA INTERNACIONAL AOS E.U.A. DA COMISSÃO PARA A VERIFICAÇÃO E CONHECIMENTO DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS PELA EXTRAÇÃO DO CARVÃO**, apresentada pelo membro do Conselho o Eng. William de Oliveira Sant’Ana, representante do SIESESC, que explicou aos presentes os objetivos da visita e o modelo de recuperação que é feito no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, informou aos presentes que o grupo que foi conhecer o modelo de recuperação ambiental foi composto de técnicos da área de recuperação de áreas degradadas, a Procuradora do Ministério Público Federal, a Juíza Federal, e técnico da Prefeitura Municipal de Criciúma e representante do IMA, dentre outros. Foram descritos os métodos de recuperação ambiental, uso do solo e desburocratização do processo que é feito nos E.U.A., também teve a demonstração das experiências na visita aos locais de antiga mineração de carvão nos E. U. A. feita pelo Eng. João Paulo Casagrande da Rosa, assim como o primeiro resultado efetivo para se resolver uma situação de área de ACP do carvão para dar continuidade nas obras da Avenida Antônio Scotti. Foi também informado que o Grupo do GTA da ACP do carvão, em suas reuniões até o final do ano procurarão dar mais rapidez nas questões locais de liberação de áreas e mesmo de recuperação ambiental. Por fim, foram respondidas algumas perguntas dos presentes na reunião e por fim, foi agradecida a explanação. O segundo assunto da pauta da reunião foi referente a **Câmara Temática I: REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – CDM. CAPÍTULO I – DA NATUREZA E FINALIDADE.** Art. 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM é um órgão colegiado, consultivo, propositivo, deliberativo e fiscalizador, integrante do sistema de gestão democrática municipal que reúne representantes do poder público e da sociedade civil organizada, instituído pela Lei **Complementar** nº **095 8.630** de **28 de dezembro de 2012 04 de agosto de 2024**, em consonância com os artigos nº 182 e 183 da Constituição Federal, com a Lei nº 10257/2001, e será regido pelo presente Regimento Interno. **CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.** Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM tem como atribuições: I - Acompanhar a aplicação da legislação relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano-rural municipal; II - Receber e discutir matérias que reflitam no interesse coletivo, originadas de setores públicos e privados da sociedade; III - Requerer ao Poder Público a elaboração de estudos sobre questões urbanísticas, territoriais e ambientais que entender relevantes; IV - Deliberar sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento físico-territorial; V - Instalar comissões, câmaras temáticas e grupos de trabalho para assessoramento técnico, em

conformidade com o regimento interno; VI - Promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento municipal, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessárias, após serem ouvidos os técnicos municipais; VII - Deliberar sobre os estoques construtivos do direito de construir adicional, a serem oferecidos através do instrumento de outorga onerosa e operação urbana consorciada; VIII - Coordenar, em conjunto com o Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, a atualização, complementação, ajustes e alterações deste Plano Diretor e de suas legislações complementares; IX - Deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor; X - Debater, avaliar, propor, definir e fiscalizar planos, políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano consorciadas às políticas de gestão do solo, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade; XI - Elaborar o seu regimento interno, prevendo suas responsabilidades, organização e atribuições, inclusive de seus órgãos de assessoramento; XII - Emitir parecer sobre empreendimentos ou atividades suscetíveis de provocar impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas: a) Para os casos não previstos nesta lei os pareceres reportados neste inciso, deverão obedecer às formas de Resoluções Reguladoras; e b) Para casos cuja competência não seja do referido colegiado, os pareceres serão emitidos em forma de Resoluções Recomendadas a fim de recomendar aos diversos setores, público e privados sobre encaminhamentos e medidas a serem tomados. XIII - Praticar os demais atos que lhe forem atribuídos por força desta Lei; XIV- Gerenciar o Fundo de Desenvolvimento Municipal – FUNDEM *e o Fundo dos Projetos Especiais – ex-Fundo*169, voltado ao financiamento dos planos, políticas, programas e ações estabelecidos no Plano Diretor; XV - Coordenar, em conjunto com o Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, a organização da Conferência Municipal de Criciúma, possibilitando a participação de todos os seguimentos do município; XVI - Debater a elaboração e execução do orçamento público, Plano Plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e planejamento participativo de forma integrada; XVII - Coordenar, em conjunto com o Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, processo participativo de elaboração, revisão e execução do Plano Diretor; XVIII - Dar divulgação ampla de seus trabalhos e ações realizadas; XIX - Promover, em conjunto com o Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, a realização de estudos, debates, pesquisas e ações que propiciem a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos para as populações urbanas e rurais na área de desenvolvimento urbano e rural; XX - Promover a realização de cursos, oficinas, debates, simpósios, seminários, e similares em conjunto com Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, com os diversos segmentos da sociedade, buscando a disseminação de informação e a formação continuada. CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO INTERNA. Art. 3º Compõem a estrutura interna do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, a Presidência, a Vice-Presidência, a Secretaria-Executiva, as Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos e o Plenário. Art. 4º Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM serão presididos por um de seus membros, eleito pelos mesmos. Art. 5º A eleição, indicação ou aclamação que definirá o Presidente, Vice-Presidente, além dos membros que comporão as Câmaras Temáticas se dará após a aprovação deste Regimento Interno. ~~§1º Assumirão por dois anos e meio os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, indicados, aclamados e/ou eleitos para a Presidência e Vice-Presidência deste Conselho, podendo ser reconduzido por mais um período.~~ §2º *Parágrafo Único:* Os membros da Secretaria Executiva serão funcionários públicos municipais do Conselho que compõem o executivo municipal indicados pelo Chefe do Poder Executivo através de decreto. ~~Art. 6º Até a aprovação deste Regimento Interno quem presidirá a reunião será o Secretário de Governo e/ou Secretário de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Criciúma, que fará a abertura dos trabalhos.~~ SEÇÃO I – DA PRESIDÊNCIA. Art. 7º ~~6º~~ Ao Presidente compete: I – Convocar e presidir as reuniões do Plenário, ordenando o uso da palavra e submetendo à votação as matérias a serem decididas pelo mesmo, resolvendo as questões de ordem, conduzindo os debates, e as votações e estabelecendo os procedimentos necessários para resolução de impasses; II - Propor para discussão, revisão e deliberação as pautas das sessões, o calendário das reuniões e convocar as reuniões extraordinárias; III - Encaminhar ao Prefeito Municipal, demais órgãos do Governo Municipal, a sociedade civil organizada e aos meios de comunicação as exposições de motivos e informações sobre matérias de competência do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM; IV - Delegar competências ao Vice-Presidente e ao Secretário-Executivo do CDM, quando necessário; V– Acolher justificativas às faltas justificadas dos membros do CDM, antecipadamente as reuniões das mesmas; VI - Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias; VI - Solicitar a elaboração de estudos, informações e

posicionamento sobre temas de relevante interesse público no âmbito do desenvolvimento municipal; VII - Homologar e garantir os encaminhamentos das deliberações e atos do CDM; VIII - Assinar as atas aprovadas das reuniões do CDM; XIX - Apresentar ao término de cada ano, relatório das atividades do CDM, disponibilizando-o para a consulta pública. SEÇÃO II – DA VICE-PRESIDÊNCIA. Art. ~~8º~~ 7º Ao Vice-Presidente compete: – Assumir as responsabilidades do Presidente na ausência deste. SEÇÃO III – DA SECRETARIA EXECUTIVA. Art. ~~9º~~ 8º A Secretaria Executiva do CDM será vinculada ao seu Presidente. Art. ~~10º~~ 9º A Secretaria Executiva do CDM tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico- administrativo ao Conselho a as Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais do CDM. Art. ~~11º~~ 10 A Secretaria Executiva será composta por 04 (quatro) membros do CDM, servidores públicos da Prefeitura Municipal de Criciúma e serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo por decreto. Parágrafo Único: Dentre os 04 (quatro) membros descritos acima será definido um Secretário Executivo do CDM com apoio técnico do Setor dos Conselhos da municipalidade. Art. ~~12º~~ 11 São atribuições da Secretaria Executiva: I – Preparar antecipadamente as reuniões plenárias do Conselho, incluindo convite a apresentadores para temas previamente aprovados, informes, remessas de material aos conselheiros e outras providências; II - Acompanhar as reuniões do CDM, fazendo uso da palavra quando demandado pelo Presidente; III - Secretariar reuniões, lavrar atas, e assiná-las com o Presidente e demais membros do Conselho; IV - Receber a correspondências, comunicações e processos encaminhados ao Conselho; V- Organizar a pauta e distribuí-la com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas) aos conselheiros; VI - Remeter cópia das atas, convocações, legislações, material de pauta e respostas a todos os conselheiros; VII - Dar publicidade às decisões, resoluções, editais de convocação e demais atividades do CDM; VIII – Dar ampla publicidade a todos os atos deliberados pelo CDM; IX - Dar encaminhamento às conclusões do Plenário e acompanhar mensalmente a implementação das deliberações de reuniões anteriores; X - Acompanhar e apoiar as atividades das Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos e Palestrantes, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de trabalhos ao Plenário; X - Elaborar e submeter ao Plenário do CDM relatório das atividades do referido conselho referente ao ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano. Art. ~~13º~~ 12 São atribuições do Secretário Executivo do CDM: I – Participar da mesa, assessorando o Presidente nas reuniões do Conselho; II - Despachar com o Presidente sobre assuntos pertinentes ao CDM; III - Coordenar atos de gestão administrativa que se fizerem necessários ao desempenho das atividades do CDM, bem como as atividades das Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos e Palestrantes; IV - Interagir com as atividades das Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos e Palestrantes, visando orientar, encaminhar e efetivar as resoluções; V – Manter entendimentos com as demais secretarias, fundações e autarquias da administração municipal afins à política de desenvolvimento urbano, do poder público e da sociedade civil; VI - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do CDM, assim como pelo Plenário, contidas neste regimento. SEÇÃO IV – DAS CÂMARAS TEMÁTICAS/COMITÊS TÉCNICOS. Art. ~~14º~~ 13 As Câmaras Temáticas têm caráter permanente e finalidade de discutir, subsidiar e apoiar o debate dos assuntos relativos ao Plano Diretor de Criciúma para o Conselho de Desenvolvimento Municipal. Art. ~~15º~~ 14 O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM instituirá através de indicação os membros constituintes das Câmaras Temáticas sendo essas: ~~I – Câmara Temática dos Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano; Câmara Temática de Acompanhamento e Controle do Plano Diretor; II – Câmara Temática da Revisão da Legislação Complementar Urbanística; IV – Câmara Temática da Política e Hierarquia do Sistema Viário e da Mobilidade Urbana; V – Câmara Temática dos Planos e Programas Especiais; VI – Câmara Temática do Acompanhamento e Revisão do Código Tributário, Planta Genérica de Valores, Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias. I~~ – Câmara Temática para Alteração das Legislações Urbanísticas, II – Câmara Temática para Alteração de Zoneamentos e Projetos Especiais, III – Câmara Temática dos Planos e Programas Especiais. Art. ~~16º~~ 15 As Câmaras Temáticas poderão indicar Comitês Técnicos para assessorar e subsidiar as discussões e os esclarecimentos relativos às questões técnicas, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho das Cidades e das Resoluções Normativas do mesmo. Parágrafo Único: Os Comitês Técnicos poderão ser formados em caráter provisório por técnicos não membros do CDM, que tem por objetivo a assessoria aos assuntos relativos às Câmaras Temáticas. Art. ~~17º~~ 16 Todas as entidades do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM participarão das Câmaras Temáticas. § 1º As Câmaras Temáticas serão constituídas por ~~13 (treze)~~ 16 (dezesseis) membros, ficando assegurada à representatividade setorial (Representantes do Poder Executivo, Representantes de Serviços Públicos Estaduais, Representantes dos Setores Empresariais, Representantes das Categorias Profissionais, Representantes das Categorias Acadêmicas e de Pesquisa, Representantes de Organização Não

Governamental, Representantes Indicados pelos Movimentos Sociais e Populares, Representantes das Regiões Administrativas e Representante da Sociedade Civil.) do CDM, ~~de 01 (um) membro de cada representatividade em cada câmara, 03 (três) membros do Poder público municipal e 03 (três) membros dos representantes das regiões administrativas. § 2º Cada conselheiro poderá participar de no máximo 03 (três) Câmaras Temáticas. § 3º.~~ § 2º As reuniões das Câmaras Temáticas serão convocadas pelo Servidor público municipal, membro do ~~CDM de cada Câmara Temática~~, com antecipação mínima de 03 (três) dias, podendo esta atribuição ser delegada ao Secretário Executivo. ~~§ 4º~~ § 3º Para as reuniões das Câmaras Temáticas deverá ser indicado pelos participantes um relator e um secretário entre os participantes. ~~§ 5º~~ § 4º As Câmaras Temáticas serão coordenadas por conselheiro, membro do CDM, representante do Poder Público Municipal. ~~§ 6º~~ § 5º As pautas relacionadas às reuniões deverão ser encaminhadas juntamente com o ato de convocação. ~~§ 7º~~ § 6º Serão levados à votação do Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM todas as propostas da Câmara Temática pertinente com respectivo parecer. ~~§ 8º~~ § 7º Convidados poderão participar das Câmaras Temáticas com direito de voz e sem direito a voto. ~~§ 9º~~ § 8º Os debates e conclusões das reuniões serão registrados em ata própria que acompanhada da lista de presença, deverá ser encaminhada ao Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM. ~~§ 10º~~ § 9º Temas que sejam da competência de duas ou mais Câmaras Temáticas, poderão ser debatidos em conjunto por estes. ~~§ 11º~~ § 10º O mandato dos membros das Câmaras Temáticas corresponde ao mesmo período de mandato dos conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM. ~~§ 12º~~ § 11º Os membros representantes das Câmaras Temáticas poderão ser substituídos a qualquer tempo por outros membros. SEÇÃO V – DO PLENÁRIO. Art. ~~19~~ ~~17~~ O Plenário é o órgão superior de decisão do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, composto pelos membros mencionados no art. 20 deste regimento. Art. ~~20~~ ~~O Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM é composto por 72 (setenta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos ou indicados por seus órgãos, fóruns, gestores ou categorias, que serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal para mandato de 05 (cinco) anos, com direito à voz e voto, a saber:~~ Art ~~18~~ . *O Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM será formado por 72 (setenta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos ou indicados por seus órgãos, fóruns, gestores ou categorias, que serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal para mandato de 5 (cinco) anos renovável por igual período, ou até que a entidade/conselheiro informe novo representante ou formalize sua desistência, devendo ser obedecida à seguinte composição: I—21 (vinte e um) representantes do Poder Público Municipal que sejam habilitados profissionalmente e trabalhem com as questões técnicas específicas das áreas de urbanismo, ambientais, educação, saúde, trânsito, culturais, desenvolvimento econômico, jurídico e administrativo, sendo: a) 07 (sete) representantes do órgão de planejamento municipal; b) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito; c) 01 (um) representante da Secretaria de Obras; d) 01 (um) representante da Fundação do Meio Ambiente; e) 01 (um) representante do Departamento de Planejamento Físico e Territorial – DPFT; f) 01 (um) representante do Setor de Cadastro; g) 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município; h) 01 (um) representante da Secretaria de Educação; i) 01 (um) representante da Secretaria da Saúde; j) 01 (um) representante do Setor de Arrecadação; k) 01 (um) representante do órgão municipal responsável pela fiscalização e regulamentação do Transporte e Trânsito; l) 01 (um) representante da Fundação Cultural de Criciúma; m) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação; n) 01 (um) representante da Vigilância Sanitária Municipal; o) 01 (um) vereador em exercício de mandato. II—05 (cinco) representantes de Serviços Públicos Estaduais e/ou Federais, sendo: a) 01 (um) representante da Concessionária de Água e Saneamento; b) 01 (um) representante do Órgão Ambiental, Federal ou Estadual; c) 01 (um) representante da Polícia Militar; d) 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros; e) 01 (um) representante da Concessionária de Energia Elétrica. III—04 (quatro) representantes dos setores empresariais, sendo: a) 01 (um) do setor imobiliário; b) 01 (um) da construção civil; c) 01 (um) do SIECESC; e d) 01 (um) dos demais setores econômicos. IV—06 (seis) representantes das categorias profissionais, sendo: a) 01 (um) da ASCEA—Associação Sul Catarinense de Engenheiros e Arquitetos; b) 01 (um) do IAB—Instituto dos Arquitetos do Brasil; c) 01 (um) da OAB—Ordem dos Advogados do Brasil; d) 01 (um) do CREA—Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU—Conselho de Arquitetura e Urbanismo; e) 01 (um) da ACEM—Associação Catarinense de Engenheiros de Minas; e f) 01 (um) da ACEAG—Associação Catarinense dos Engenheiros Agrimensores. V—03 (três) representantes das categorias acadêmicas e de pesquisa sendo: a) 01 (um) representante da Universidade do Extremo Sul Catarinense—UNESC; e b) 02 (dois) de outras instituições de ensino superior do Município. VI—03 (três) representantes de Organização Não Governamental, sendo pelo menos: a) 01 (um) relacionado às questões de Meio Ambiente; e b) 02 (dois) de Organizações de Sociedade Civil de*



~~Interesse Público, não vinculado ao poder público. VII - 05 (cinco) representantes indicados pelos movimentos sociais e populares, sendo: a) da União de Associações de Bairros de Criciúma - UABC, dos quais 02 (dois) devem ser oriundos de assentamentos não regulares; b) 01 (um) da Central Única dos Trabalhadores - CUT; c) 01 dos demais sindicatos de trabalhadores urbanos; e d) 01 dos demais sindicatos dos trabalhadores rurais. I - 16 (dezesseis) representantes do Poder Público Executivo Municipal que sejam habilitados profissionalmente e trabalhem com as questões técnicas específicas das áreas de arquitetura e urbanismo, meio ambiente, trânsito e transporte, desenvolvimento econômico, jurídico e administrativo. II - 04 (quatro) representantes de Serviços Públicos Estaduais e/ou Federais; III - 07 (sete) representantes dos setores empresariais; IV - 07 (sete) representantes das categorias profissionais; V - 04 (quatro) representantes das universidades, faculdades e/ou institutos de ensino e pesquisa; VI - 02 (dois) representantes de Organização Não Governamental e/ou de Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público; VII - 10 (dez) representantes indicados pela Associação de bairros de Criciúma - UABC; VIII - 22 (vinte e dois) representantes da sociedade civil.~~

~~§ 1º Os órgãos e entidades serão definidos através Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com prévia aprovação do Órgão de Planejamento Urbano do Município, onde constará também os nomes dos membros titulares e suplentes indicados pelos respectivos órgãos e entidades. I - 20 (vinte) representantes das regiões administrativas distribuídos proporcionalmente conforme a participação dos delegados no processo de elaboração deste Plano, respeitando-se pelo menos 01 (uma) vaga para cada região. II - 05 (cinco) membros eleitos entre os constituintes representantes da sociedade civil do núcleo gestor, não vinculados ao Poder Público, que coordenou a elaboração deste Plano Diretor.~~

~~§ 1º~~ ~~2º~~ Poderão participar no Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, sem direito a voz e voto, qualquer cidadão. § 2º ~~3º~~ Poderão participar das sessões a convite, com direito a voz, representantes de órgãos públicos e de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com as atribuições do CDM. § 3º ~~4º~~ A todo o cidadão será dado o direito a voz, se previamente à sessão o solicitar, e for aprovado por maioria simples pelo plenário do CDM. § 4º ~~5º~~ Assumirão a titularidade os membros suplentes, quando da ausência de seus titulares. § 5º ~~6º~~ Os membros de órgãos e entidades suplentes terão direito a voz e não terão direito a voto, quando presente os titulares. § 6º ~~7º~~ Na ausência do representante previsto nos incisos do art. ~~20~~ ~~18~~ deste regimento, ele próprio não poderá indicar substituto da entidade ou órgão que representa. § 7º ~~8º~~ Após a terceira ausência consecutiva ou quinta alternada do conselheiro, a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM deverá enviar comunicado à entidade ou órgão que o mesmo representa, advertindo sobre a ocorrência das ausências. § 8º ~~9º~~ A entidade ou órgão será comunicada pela Secretaria Executiva a fim de que providencie a indicação de novo representante, após a terceira ausência consecutiva e injustificada do conselheiro. § 9º ~~10º~~ A ausência do titular deve ser comunicada à Secretaria Executiva em, pelo menos, 03 (três) dias úteis antes da reunião convocada, indicando a representação do suplente. § 10º ~~11º~~ A entidade ou órgão que ocupa vaga no Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM pode substituir em caráter permanente o seu representante, mediante comunicado a Secretaria Executiva, em até 15 (quinze) dias antes da reunião em que o mesmo tomará posse. § 11º ~~12º~~ A não resposta ou indicação de um novo membro de entidade ou órgão ou a não presença do suplente após a comunicação da Secretaria Executiva, acarretará na substituição da entidade do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, por outro do mesmo segmento mediante a aprovação por maioria absoluta dos Membros do CDM e posterior alteração legislativa. § 12º ~~13º~~ As entidades poderão indicar substitutos dos membros titulares e suplentes do CDM, a qualquer tempo. Art. ~~21~~ ~~19~~ O Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, por convocação de seu presidente, ou em decorrência de requerimento da maioria absoluta dos seus membros. § 1º As convocações para as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM serão feitas com, no mínimo, (15) quinze dias de antecedência. § 2º O quorum mínimo para a instalação dos trabalhos será de (1/3) um terço dos representantes com direito a voto que compõem o Plenário. § 3º As reuniões ordinárias terão início às 19h, nas segundas quintas-feiras de cada mês, com o quorum mínimo; sendo que a tolerância para o quorum mínimo será de 15 (quinze) minutos. § 4º As reuniões extraordinárias serão convocadas com no mínimo, 07 (sete) dias de antecedência. § 5º ~~Salvo exigência específica prevista no presente nas leis do Plano Diretor, as deliberações deverão ser aprovadas por maioria simples dos membros presentes do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.~~ § 6º ~~Para otimizar a participação social a reunião do CDM é uma Audiência Pública que poderá ser realizada no mesmo dia da reunião do Conselho, conjuntamente a deliberação deste, permitindo que os membros do Conselho acompanhem as manifestações da comunidade e que estas sejam consideradas na redação final do Projeto de Lei pelo Poder Executivo.~~ Art. ~~22~~ ~~20~~ Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho de Desenvolvimento

Municipal – CDM estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano. Parágrafo Único: A Secretaria Executiva do CDM garantirá o espaço para a reunião do Conselho e das Câmaras Temáticas/Comitês Técnicos. Art. ~~23~~ <sup>21</sup> Ao Plenário compete: I – Aprovar e propor a pauta das reuniões; II - Analisar e aprovar as atas; III - Analisar e votar as matérias em pauta; IV - Propor, analisar e aprovar o Regimento Interno do Conselho e suas futuras modificações; V – Decidir sobre dúvidas relativas à interpretação deste regimento; VI – Constituir (os) Grupos de Trabalho de caráter transitório, para atuarem em capacitação ou assessoria técnica, se oportuno e conveniente e indicar os respectivos membros; VII – Indicar os membros efetivos das Câmaras Temáticas e Comitês Técnicos; VIII - Solicitar pareceres às Câmaras Temáticas e Comitês Técnicos, sobre matérias afetas do conteúdo do Plano Diretor relativas ao Desenvolvimento Municipal; IX - Solicitar estudos e pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do CDM, exclusivamente para fins de facilitar a apreciação e despacho em matérias sob sua competência, nos termos da lei e do art. 2º deste Regimento. X - Propor e deliberar a alteração deste regimento interno. ~~por maioria qualificada de 3/5 dos membros.~~ Art. ~~24~~ <sup>22</sup> Quando da sua convocação, as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM terão sua pauta previamente encaminhada aos membros do plenário e observarão os seguintes tópicos: I – Abertura e informes; II – Leitura da pauta; III – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; IV - Apresentação dos procedimentos da normatização dos debates e; V – Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta e VI – Encerramento. Art. ~~25~~ <sup>23</sup> As reuniões do Plenário, serão ~~gravadas~~ *transcritas* e utilizadas para elaboração das atas que possuirão, no mínimo, o seguinte conteúdo: I – Relação de participantes e órgão ou entidade que representa; II – Resumo dos informes; III – Relação dos temas abordados; e IV - conclusões e deliberações tomadas a partir do registro dos votos a favor, contra e abstenções. Parágrafo Único: As atas serão enviadas por meio digital aos membros e a aprovação das mesmas se dará na reunião posterior, devendo após a aprovação ser disponibilizada por meio impresso quando solicitado por qualquer cidadão. SEÇÃO VI – DA VOTAÇÃO. Art. ~~26~~ <sup>24</sup> As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, em geral, serão tomadas por maioria simples, metade mais 01(um) dos presentes com direito a voto nas reuniões, após os pareceres das Câmaras Temáticas. ~~§ 1º As matérias relacionadas aos Art. 157, § 1º; Art. 169 e Art. 261, da Lei Complementar nº 095, de 28/12/2012, serão deliberadas por maioria absoluta dos membros.~~ *§ 1º As matérias relacionadas à alteração de zoneamentos e projetos que se enquadram na Lei nº 8.635/2024 – Leis de Projetos Especiais, serão deliberadas por maioria absoluta dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM.* ~~§ 2º As deliberações referentes aos artigos 42, 42A, 42B e 43 da Lei nº 10.257/2001, deverão ser aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM.~~ *§ 2º As alterações de Zoneamento de Uso do Solo só poderão ser apreciadas e votadas de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, com exceção das solicitações que surgirem a partir de estudos do Órgão de Planejamento Urbano com justificativa de interesse público.* ~~§ 3º~~ <sup>3</sup> Durante a votação só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação ou declaração de voto. ~~§ 4º~~ <sup>4</sup> Para os efeitos de registro em ata, poderão ser consideradas as declarações de voto por escrito. ~~§ 5º~~ <sup>5</sup> O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM exercerá o voto de desempate. Art. ~~27~~ <sup>25</sup> As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM ocorrerão através de Resoluções devidamente publicadas no Diário Oficial do Município de Criciúma. SEÇÃO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. ~~28~~ <sup>26</sup> As funções dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM não são remuneradas, sendo o seu exercício considerado e certificado como serviço de relevante interesse público. Art. ~~29~~ <sup>27</sup> O Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que visem subsidiar suas atividades. Art. ~~30~~ <sup>28</sup> O presente Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação. Criciúma, ~~18 de dezembro de 2013.~~ ~~MÁRCIO BÚRIGO. Prefeito Municipal.~~ Criciúma, XX de XXXXXX de 2025. ~~VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES. Prefeito do Município de Criciúma. JOÃO BATISTA BELLOLI. Secretário-Geral.~~ Foi apresentado o Parecer Da Câmara Temática I da Reunião de 25/09/2025: “A Câmara Temática aprovou o novo texto para o Regimento Interno de Funcionamento do CDM, foi também discutido e aprovado que nenhum processo pode ir diretamente ao CDM, sem passar pela reunião das Câmaras Temáticas”. Porém, como as complementações foram apresentadas a Secretaria Administrativa do CDM no dia anterior, e colocadas no texto na cor verde, e após algumas sugestões, foi decidido que nesta reunião este assunto não será resolvido, portanto as sugestões serão enviadas a Câmara Temática I, para nova discussão e parecer, na próxima reunião de 30/10/2025, às 13h30min, na Sala dos Conselhos – PMC. Com relação aos processos administrativos, referente a Câmara Temática II, este foi apresentado: 1) Processo: Nº CPU-2870/2025 – JOVANE DE OLIVEIRA COSTA - CITY CLUB:

O requerente, engenheiro agrimensor, em nome dos proprietários do City Club, que possui 7.456,32 m² de terreno, e seus administradores Sr. José Roque dos Reis e Sr. Volnei Vieira, deram entrada num processo de Análise e aprovação de Desmembramento (nº 5678-25-CRI-DSM) em 19/08/2025, pois houve a separação de área do imóvel para a execução e funcionamento de um supermercado, onde antigamente era a sede social do clube, com área de 2.276,14m². O imóvel localiza-se na Rua Almirante Barroso, Rua Pedro Rodrigues Lopes, Rua Olympio Passos da Motta e Rua Cecília Darós Casagrande, no bairro Comerciário, Criciúma/SC, cadastro nº 1035102, nº 755084 e nº 755085; matrícula nº 162.466. A solicitação apresentada para análise do CDM, é que em uma das testadas (rampa de acesso - saída da garagem do supermercado), a DPS está exigindo que a medida seja de 12,00 metros, enquanto no projeto consta 3,70 metros. Foi apresentada a planta com o desmembramento solicitado. A exigência aparece porque no Anexo 3 do Plano Diretor, a testada mínima constante naquela zona de uso do solo é de no mínimo 12,00m. Porém, há um impedimento físico, já que o clube vendeu a área social do conjunto das edificações, e também, ao lado da rampa de saída, existe a piscina que ainda faz parte dos equipamentos de lazer do clube. A DPU, considera que é totalmente justificável essa exceção, nesta situação já consolidada, pela aprovação do projeto arquitetônico do supermercado, em se liberar essa “testada” de 3,70m. Não causando nenhum prejuízo para o bem público, nesse caso específico. Pois, segundo o Plano Diretor: “Art. 36. Qualquer solicitação de alteração das leis integrantes do Plano Diretor deverá ser encaminhada ao Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, que emitirá parecer técnico, levando posteriormente à apreciação e deliberação do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.” E, também: “Art. 55. Compete ao Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído realizar o planejamento global da infraestrutura do Município através das seguintes atribuições: (...) XX - Submeter ao Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM toda e qualquer proposta de alteração do Plano Diretor.” Por fim: “Art. 88. Os casos omissos da presente Lei serão objeto de proposta de normas e regulamentações a serem elaboradas pelo Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.” Este processo será encaminhado à Câmara Temática II do CDM para conhecimento, discussão e parecer, e posteriormente será apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, para deliberação. Após a apresentação e discussões a respeito desta solicitação os membros da Câmara Temática II, discutiram a respeito da impraticabilidade de haver uma das frentes com o mínimo de 12,00m (doze metros), portanto, sendo que o projeto arquitetônico da reforma foi aprovada e já há o funcionamento do mercado naquele local, a Câmara Temática considera que pode haver essa exceção no caso desta testada, com 3,70m, como a única saída de automóveis. Por fim, foi apresentado o parecer da Câmara Temática II da reunião de 25/09/2025: **“Após a apresentação e discussões a respeito desta solicitação os membros da Câmara Temática II, discutiram a respeito da impraticabilidade de haver uma das frentes com o mínimo de 12,00m (doze metros), portanto, sendo que o projeto arquitetônico da reforma foi aprovado e já há o funcionamento do mercado naquele local, a Câmara Temática considera que pode haver essa exceção no caso desta testada, com 3,70m, como a única saída de automóveis e neste caso específico.”** Após a apresentação houve alguns questionamentos que foram respondidos e presidente do CDM colocou em votação e o **Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, votaram e a solicitação foi deferida, ou seja, foi aprovado que por conta da impraticabilidade de haver uma das frentes com o mínimo de 12,00m (doze metros) e que o projeto arquitetônico da reforma foi aprovado, a Câmara Temática considera que pode haver essa exceção no caso desta testada, com 3,70m, como a única saída de automóveis e neste caso específico.** Antes do término da reunião as representantes da APACRI – Associação Protetora dos Animais de Criciúma, no CDM, informaram e convidaram para a solenidade de reativação da APACRI e leilão de arte, com apoio do Projeto Cultura ACIC e do leiloeiro Oficial Dr. Daniel Garcia, que será realizada no dia 14/10/2025, a partir das 19h, na galeria de arte da ACIC, e que toda a arrecadação das obras, doadas gentilmente por artistas parceiros, será revertida para a causa animal. Por fim, foi agradecida a presença de todos nesta audiência/reunião, e a mesma foi encerrada tendo o seu término às 20h30min. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Giuliano Elias Colossi, lavrei a presente Ata, e posteriormente, será por todos os presentes lida e assinada.